

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/RJ

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO
RIO DE JANEIRO**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

RIO DE JANEIRO/2011

SUMÁRIO

PARTE A

1. Informações sobre a identificação da unidade Jurisdicionada	13
1.1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	13
2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade	14
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade	14-20
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais	21-22
2.3. Subações sob a responsabilidade da UJ	23-46
2.3.1. Resumo da Execução Física das Subações realizadas pela UJ	47-53
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro	54
2.4.1. Programação Orçamentária de Despesa	54
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	54
2.4.3. Programação de Despesa de Capital	54
2.4.3.1. Quadro resumo da programação de despesa	54
2.4.3.2. Movimentação orçamentária por grupo de despesa	55-56
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa	57
2.4.4.1. Execução Orçamentária de créditos originários da UJ	57
2.4.4.3. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	58
2.4.5. Despesas Correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	59
2.4.6. Despesas de Capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	60
2.4.7. Indicadores Institucionais	61-62
3. Informações sobre Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	63
4. Informações sobre Movimentação e os Saldos de Restos a pagar de exercícios anteriores	64
4.1. Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	64
4.2. Análise Crítica	64
5. Informações sobre Recursos Humanos	65
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	65
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	65
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	66

5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	67
5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo idade	68
5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo escolaridade	69
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	70
5.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	70
5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	71
5.3. composição do quadro de estagiários	71
5.4. Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	72
5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	73
5.5.1. Informações do sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	73
5.5.2. Autorizações expedidas pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	73
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	74
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.	75
5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	76
6. Informações sobre transferências	77
6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício	77
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	77
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	77
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	77
6.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	78
6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	79
6.3. Análise crítica	80-81
7. Registros atualizados no sistema SIASG e SICONV	82
8. Declarações de bens e renda	83
8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93	84
8.2. Análise crítica	84

9. Sistema de controle interno	85
9.1. Estrutura de controles internos da UJ	85-86
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	87
10.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis	87-88
11. Gestão de bens imóveis de uso especial	89
11.1. Gestão de bens imóveis de uso especial	89-91
12. Gestão de TI	92
12.1. Gestão de tecnologia da informação (TI)	92
13. Utilização de cartões de pagamento	93
13.1. Despesas com cartão de crédito corporativo	93
14. Renúncia tributária	94
15. Providências adotadas para atender às deliberações do TCU e da CGU	95
15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício	95
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	95
15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício	95
15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	96
16. Providências adotadas para atender às deliberações da unidade de controle interno	97

PARTE B

1. Informações Contábeis da Gestão	98
---	-----------

LISTA DE QUADROS

PARTE A

Quadro A 2.3.1. Programa 0122	23
Quadro A 2.3.1.1. Ação 10GD	23
Quadro A 2.3.1.1.1. Subação 10GD	24
Quadro A 2.3.1.2. Ação 10GE	25
Quadro A 2.3.1.2.1. Subação 10GE	26
Quadro A 2.3.1.3. Ação 20AG	28
Quadro A 2.3.1.3.1. Subação 20AG	29
Quadro A 2.3.1.4. Ação 6908	30
Quadro A 2.3.1.4.1. Subação 6908	31-33
Quadro A 2.3.1.5. Ação 7652	34
Quadro A 2.3.1.5.1. Subação 7652	34
Quadro A 2.3.1.6. Ação 20AF	35
Quadro A 2.3.1.6.1. Subação 20AF	36
Quadro A 2.3.1.7. Ação 2272	37
Quadro A 2.3.1.7.1. Subação 2272	37
Quadro A 2.3.1.7.1. Subação 2272	38
Quadro A 2.3.2. Programa 1287	38
Quadro A 2.3.2.1. Ação 4641	39
Quadro A 2.3.2.1.1. Subação 4641	39
Quadro A 2.3.3. Programa 8007	40
Quadro A 2.3.3.1. Ação 10GG	41
Quadro A 2.3.3.1.1. Subação 10GG	42
Quadro A 2.3.3.2. Ação 20AM	43
Quadro A 2.3.3.2.1. Subação 20AM	43
Quadro A 2.3.4. Programa 0016	44
Quadro A 2.3.4.1. Ação 4572	44
Quadro A 2.3.4.1.1. Subação 4572	45
Quadro A 2.3.5. Programa 0750	45
Quadro A 2.3.5.1. Ação 20CW	46

Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes	54
Quadro A.2.5 – Programação de Despesas Capital	54
Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesa e da Reserva de Contingência	54
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	55-56
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	57
Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	57
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	57
Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	58
Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	59
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	60
Quadro A.5.1 - Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011	65
Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	66
Quadro A.5.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	67
Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011	68
Quadro A.5.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	69
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro dos servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro de 2011	70
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011	71
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	71
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	72
Quadro A.5.9. - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	73
Quadro A.5.10. - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	73
Quadro A.5.11. - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	73

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	74
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	75
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência: 2011	77
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios	77
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	77
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	78
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	79
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	84
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	85-86
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	87-88
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	89
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	90
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	91
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	92
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	93
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	93
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	95
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	96

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde, no Rio de Janeiro, está estruturado de acordo com o que foi estabelecido pela Portaria nº 123, de 12 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com este objetivo, foram focados e abordados conteúdos que versam sobre a identificação da Unidade Jurisdicionada e o planejamento e gestão orçamentária e financeira.

Além disso, estão sendo registradas no Relatório informações sobre:

- a) O reconhecimento de passivos;
- b) A movimentação e os saldos de restos a pagar;
- c) Os recursos humanos da Unidade;
- d) As transferências financeiras;
- e) A regularidade das declarações de bens e rendas;
- f) O funcionamento do sistema de controle interno;
- g) A adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras;
- h) A gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade;
- i) Utilização de cartões de pagamento do governo federal;
- j) Providências adotadas para atender deliberações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno;
- k) Declaração de regularidade na alimentação dos Sistemas SIASG e SICONV; e, por último,
- l) Declaração contábil.

Conforme disposto no quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, constante do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 27 de outubro de 2010, em sua letra c, cabe às autarquias e fundações do poder executivo os conteúdos descritos na parte A, dos números de 1 a 16, e na parte B, apenas o número 1.

Vale destacar que não se aplicam à SUEST/RJ as informações contidas nos quadros relacionados no Demonstrativo a seguir, tendo em vista as justificativas ali apresentadas:

TIPO	QUADRO	JUSTIFICATIVA
ITEM 2	A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	A SUEST/RJ é apenas uma unidade gestora
	A.2.4 – Programação de despesas correntes	As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Instituição
	A.2.5 – Programação de despesas de capital	As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Instituição
	A.2.6 – Quadro resumo da programação de despesas	As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Instituição
	A.2.8 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.	Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA
	A.2.9 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.	
	A.2.10 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	
ITEM 6	A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	A Suest não fazer transferências a outros Órgãos ou Unidades
	A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	
	A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	
ITEM 14	Renúncia Tributária	A Suest não executa renúncia tributária, vez que a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Instituição

Embora sejam aplicáveis à natureza da Unidade Jurisdicionada, os quadros A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - e o quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício, ambos relativos ao item 15, não apresentaram ocorrências no exercício. Situação esta que se aplica ao item 16 – Informações sobre o tratamento de recomendações realizadas pela unidade de controle.

Como será melhor detalhado ao longo deste Relatório, as principais realizações da gestão no exercício foram:

- a) A conclusão das obras de melhorias sanitárias e domiciliares conforme previsto no Plano Operacional;
- b) A conclusão de obras de sistemas de abastecimento de água nos municípios em que foi feita a programação para 2011;
- c) A redução de custos administrativos, por força de readequação de contratos de prestação de serviços;
- d) A recuperação e doação, para o Estado e para os municípios, de um grande número de veículos que se encontravam sob a guarda da Superintendência, como forma de colaboração no combate à dengue;
- e) A capacitação, por meio de oficinas de trabalho, de parceiros municipais para o controle da qualidade da água; e
- f) O estabelecimento de mecanismos de controle gerencial para dar cumprimento, em tempo hábil, das demandas oriundas dos órgãos e unidades de controle interno.

As principais dificuldades para a gestão em 2011 foram:

- a) As limitações orçamentárias e financeiras que já se constitui parte da rotina da Superintendência;
- b) O número reduzido de servidores, especialmente nas áreas finalísticas, motivado principalmente pela não realização de concurso público para a SUEST/RJ nos últimos anos;
- c) A especificidade da existência no quadro da Superintendência de um grande número de profissionais (5.068) regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;
- d) A má qualidade técnica de alguns projetos apresentados pelos municípios, para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saneamento ambiental,
- e) A demora, por parte dos municípios, em reunir a documentação necessária para a obtenção da licença ambiental, obstaculizando o início de obras de saneamento ambiental; e, por último, mas não menos importante,
- f) A utilização de mão de obra terceirizada como forma de complementação do quadro de servidores da Superintendência, necessária para dar andamento às atividades, porém com os prejuízos decorrentes da inexistência de vínculo funcional desses profissionais

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: FUNASA (2207)	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: Suest-RJ			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255019	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual e Municipal.		Código CNAE: 8412-4/00	
Telefones/Fax de contato:	(21) 2263-6263	(21) 2263-6873	(21) 2233-3264
E-mail: corerj.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Coelho e Castro, nº 6 – Bairro Saúde – CEP: 20081-060 – Rio de Janeiro, RJ.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Decreto n.º 100, de 16 de abril de 1991. Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003. Decreto n.º 7335, de 19 de outubro de 2010.</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não existem, em nível da Superintendência			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não existem, em nível da Superintendência			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica			

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

De acordo com o Regimento Interno da Instituição, cabe à Superintendência Estadual - SUEST - órgão representativo da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro - coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da Funasa, na sua respectiva área de atuação.

Dessa forma, a Superintendência dá consequência às ações voltadas para o fomento de soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças e à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde relacionadas às ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. Tudo isto, levando-se em consideração o espectro de atuação da SUEST/RJ.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

Os objetivos da Superintendência estão relacionados, em termos finalísticos, à oferta de serviços de saneamento ambiental, assim como ao desenvolvimento de ações de vigilância em saúde ambiental, sendo esta última a partir da publicação do Decreto nº. 7.335, de 19 de outubro de 2010.

Com relação à atividade de saneamento ambiental, o objeto da sua intervenção são prioritariamente os municípios com população de até 50.000 habitantes - consistindo em uma cobertura de 61% dos que existem no estado – que apresentam um quadro de ausência e/ou ineficiência de sistemas de saneamento, bem como aqueles considerados como de relevância epidemiológica. Inclui-se também como público-alvo, municípios com população superior à declarada, mas que atendem a pelo menos um dos critérios mencionados anteriormente.

Para uma melhor compreensão da atuação da SUEST, detalha-se a seguir a forma de execução dos eixos finalísticos da Superintendência Estadual, que tiveram maior expressão no ano de 2011, quais sejam: saneamento ambiental e a área de saúde ambiental.

Pela sua importância, também serão efetuados registros e comentários sobre as atividades de administração e recursos humanos.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Municípios do Estado do Rio de Janeiro: 92

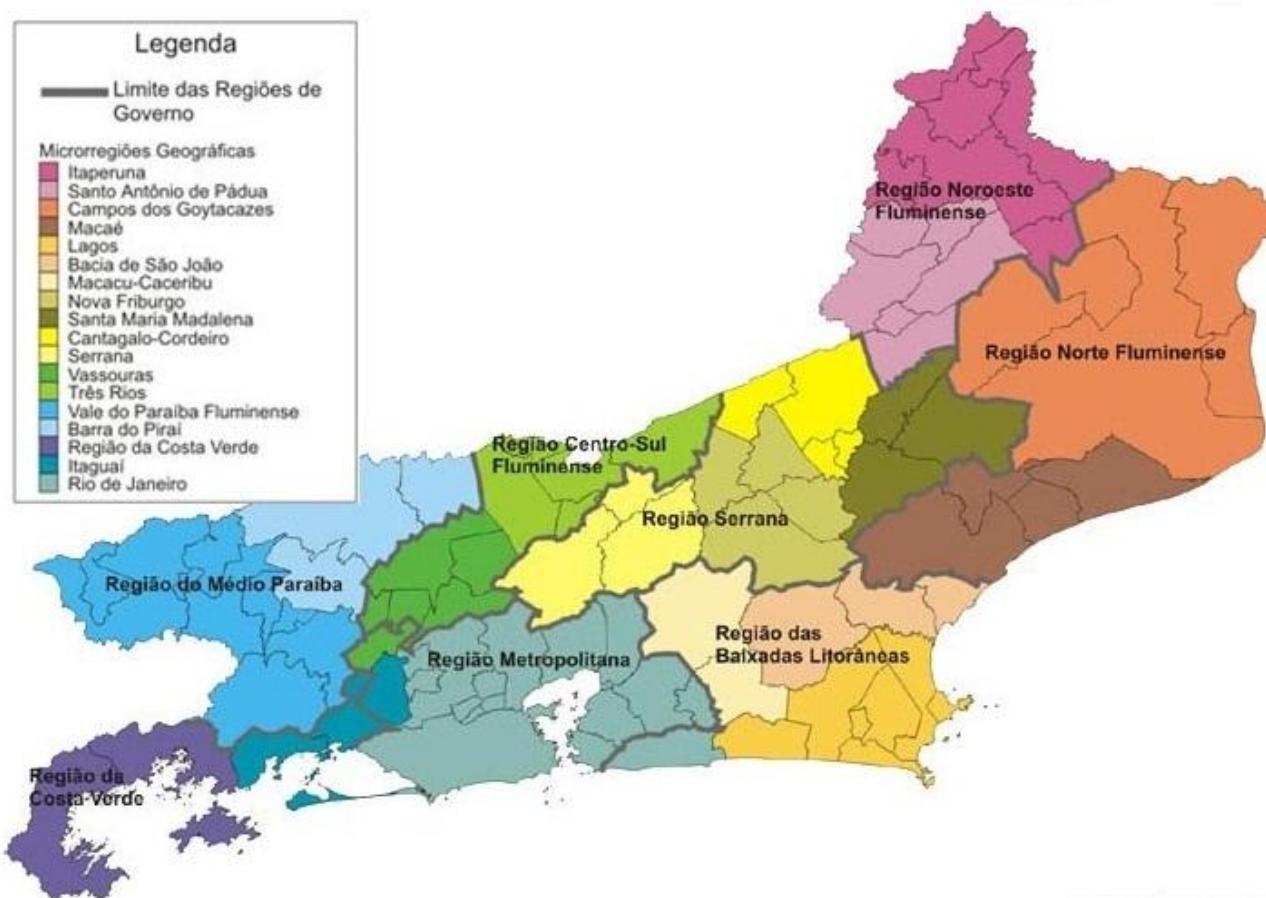
Municípios Conveniados/Esgoto: 88

Municípios Conveniados/Água: 45

Municípios Conveniados/MSD: 30

Municípios Conveniados/Resíduos: 15

Cooperativas Conveniadas/Catadores: 13



A execução de ações de saneamento ambiental, que estão inseridas nos programas: serviços urbanos de água e esgoto; saneamento rural e resíduos sólidos urbanos, e que dizem respeito à construção de sistemas e/ou adoção de soluções simplificadas de abastecimento de água; construção de sistemas de esgotamento sanitário; destinação e manejo de resíduos sólidos, implantação de melhorias sanitárias domiciliares e implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais -, obedece a critérios técnicos, tendo por pano de fundo os recursos orçamentários disponíveis, para a seleção de municípios situados na faixa populacional de até 50.000 habitantes, ou mais, conforme explicitado anteriormente.

Em relação às comunidades remanescentes de Quilombos, apesar da demanda por ações de saneamento, são obedecidas as prioridades técnicas para o desenvolvimento de ações relativas a obras e/ou melhorias.

No bojo das ações de saneamento ambiental, a SUEST/RJ desenvolve direta e indiretamente ações de educação em saúde, dentro do programa de serviços urbanos de água e esgoto, junto à população beneficiada pela obra e/ou melhoria, no sentido de conscientizá-la da importância e da necessidade de preservação dos serviços, e, em última instância, concorrer para a mudança de hábitos e costumes, com vistas à manutenção do seu estado de saúde.

Dentre as principais realizações da SUEST/RJ, em relação à atividade de Saneamento, destacam-se:

- a) A conclusão de obras de melhorias sanitárias domiciliares e de sistema de esgotamento sanitário nos municípios de: Macuco (bairro Paraíso) e Santo Antônio de Pádua (localidades de Santa Cruz e Campelo);
- b) A conclusão de obras de sistemas de abastecimento de água nos municípios de: Carmo (sede); Quatis (sede) e Cachoeiras de Macacu (localidade de Boa Vista)
- c) A implementação das parcerias estabelecidas com os gestores estaduais e municipais que reforçaram ações conjuntas nas áreas finalísticas da Superintendência com um alto grau de resolutividade;
- d) O trabalho permanente de sensibilização promovido pelos técnicos junto aos municípios conveniados, no sentido de destacar a importância da presença de um engenheiro ou profissional competente, nos quadros municipais, para que o processo de elaboração de projetos de engenharia não venham a impactar, de forma negativa, no desenvolvimento das demais ações;
- e) A contratação e apoio técnico na elaboração de projetos para diversos municípios com recursos do PAC I, que serão utilizados para captar recursos para obras, em programas posteriores, inclusive da própria Funasa.
- f) O compromisso e empenho da equipe de engenharia na aprovação de termos de compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), tanto no que se refere a recursos para obras quanto para elaboração de projetos.
- g) A participação de técnicos da Diesp, como instrutores, em eventos de capacitação, junto a Secretaria Estadual de Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.

Apesar de todas as realizações, a Superintendência encontrou alguns problemas na execução das metas previstas no plano operacional, sendo os principais:

- a) A morosidade no repasse de recursos por parte do Nível Central, em alguns casos, com reflexos negativos principalmente nas ações de saneamento ambiental;
- b) A má qualidade técnica dos projetos apresentados pelos municípios para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saneamento ambiental;
- c) A demora, por parte dos municípios, em reunir a documentação necessária para aprovação dos planos de trabalho, retardando assim o repasse de recursos e, por conseguinte, o início de obras de saneamento ambiental;
- d) A alta rotatividade de profissionais nos quadros municipais, impactando, de forma negativa, na interlocução da Superintendência Regional com os municípios e dificultando a execução de processos de trabalho coletivos.

Cumprido destacar que apesar de todas as dificuldades, foi alcançado um eficaz estreitamento das parcerias estadual e municipais no processo de fortalecimento das instituições que atuam no setor saúde, no âmbito do estado, fazendo com que os problemas sejam tratados com toda a capacidade técnica e a consequente otimização dos recursos disponíveis. Isso trouxe expressivos ganhos para a melhoria da qualidade de vida da população do estado.

SAÚDE AMBIENTAL

Por força do disposto no Decreto nº. 7.335, de 19 de outubro de 2010, coube à Fundação Nacional de Saúde a competência para formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Diante disso, por subordinação técnica, as Superintendências Estaduais passaram a desenvolver ações nesse sentido. Essas ações apontaram, conforme mencionado anteriormente, para a estruturação da área, oficinas de educação em saúde ambiental e o apoio ao controle da qualidade da água.

No que refere à legislação complementar, destacamos a Portaria FUNASA n 0177/2011 que institui o Programa Nacional de Apoio ao Controle de Qualidade de Água, que define de forma mais objetiva os principais eixos ao apoio aos prestadores de abastecimento de água no nível estadual e municipal.

Como marcos conceitual da área de Saúde Ambiental pode ser citado: saúde, ambiente e desenvolvimento sustentável. Essas ações estão traduzidas através da melhoria da qualidade de água e conscientização da população para a importância da adoção de práticas saudáveis, como forma de garantir uma melhor qualidade de vida

Dentre as principais realizações da SESAM/SUEST/RJ, em 2011, destacam-se:

- a) A participação no I Seminário de Saúde Ambiental com objetivo de esclarecer as atividades do Departamento e os Serviços de Saúde Ambiental nas SUEST's;
- b) A participação no 3º Seminário Nacional sobre Saúde em Desastres, no qual foi discutida a atuação do Ministério da Saúde e suas Fundações nas atividades de emergência ambientais e epidemiológicas;
- c) A implementação das parcerias estabelecidas com os gestores estadual e municipais, que reforçaram ações conjuntas nas áreas finalísticas da Superintendência com um alto grau de resolutividade;
- d) O fortalecimento da parceria estabelecida com as demais instituições que atuam em casos de calamidade pública, na articulação do atendimento emergencial da vigilância da qualidade da água de consumo humano através da disponibilização da Unidade Móvel de Controle de Qualidade de Água e apoio logístico no desastre ambiental ocorrido na região serrana, com o atendimento de quatro municípios;
- e) O desenvolvimento e realização do curso Ações de Saneamento em Situação de Emergência, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), que capacitou 86 servidores federais, estaduais e municipais para atendimento da população através das atribuições do Setor Saúde;

- f) O apoio laboratorial da Unidade Regional de Controle de Qualidade de Água (URCQA) a 12 municípios, por meio de orientação técnica e análise físico-química e bacteriológica de controle de qualidade de água fortalecendo o nível municipal no cumprimento da Portaria MS 518/2004;
- g) O trabalho permanente de sensibilização, promovido pelos profissionais junto aos municípios conveniados, no sentido de destacar a importância da presença de um responsável técnico, nos quadros dos prestadores de saneamento para a atividade de operação das Estações de Tratamento de Água;
- h) Regularização do laboratório da Unidade Regional de Controle de Qualidade de Água de Casimiro de Abreu junto à Prefeitura Municipal e Conselho Regional de Farmácia, com vista ao credenciamento ao órgão ambiental (INEA), do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

Apesar de todas as realizações, o SESAM encontrou alguns problemas na execução das metas previstas no plano operacional, sendo os principais:

- a) A persistência de uma grande dificuldade na aquisição de materiais e serviços junto à Administração, o que acarreta atraso na operacionalização da URCQA e impasses no atendimento de campo da UMCQA;
- b) A falta de um instrumento legal para estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica junto a instituições acadêmicas e entidades ambientais para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saúde ambiental;
- c) A falta de um profissional técnico (biólogo) para atuar no laboratório de hidrobiologia da URCQA, tendo em vista que os equipamentos e insumos básicos foram adquiridos e o profissional aprovado no último concurso público não foi convocado;
- d) Dificuldade de comunicação por meio eletrônico (internet), devido a baixa velocidade (0,2 M) de transmissão do servidor da URCQA com o órgão central e o nível estadual, inviabilizando a instalação de novos programas de acompanhamento técnicos e falhas nos sistemas administrativos.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

• Recursos Humanos

No que se refere aos Recursos Humanos, mereceu destaque, em 2011, a realização das seguintes atividades:

- a) Realização da Avaliação de Desempenho prevista no Decreto n.º 7.133, de 19/03/2010, regulamentada pela Portaria n.º 1.743, de 10 de dezembro de 2010, do Presidente da Fundação Nacional de Saúde;
- b) Realização dos cálculos e efetivação dos pagamentos da Indenização por Extinção do Contrato de Trabalho dos empregados públicos, prevista no § 2.º, do art. 12, da Lei n.º 8.745/1993, objeto do Processo n.º 25100.004.771/2010-59, abrangendo um contingente de 2.323 pessoas;

- c) Revisão do sistema controle de frequência dos servidores efetivos;
- d) Preparação da documentação funcional relativa aos servidores que foram redistribuídos para o Ministério da Saúde, com ênfase na confecção dos correspondentes Mapas de Tempo de Serviço, assim como no desarquivamento dos respectivos processos que se encontravam sob a guarda da SUEST/RJ.

Importante salientar que a SUEST/RJ apresenta uma deficiência de pessoal crônica para desenvolvimento dos seus processos de trabalho, destacando-se ainda que é a única Superintendência que possui força de trabalho sujeita à regimes diferenciados, ou seja, estatutário e celetista. Dessa forma, além da falta de pessoal, observa-se também uma deficiência de capacitação em legislação celetista para atuar com segurança nas demandas oriundas dos quase 5.068 empregados públicos, que não atuam diretamente na Funasa, apesar de manterem com ela o vínculo empregatício.

•Administração

Em relação à atividade de Administração, cumpre-se destacar que no exercício de 2011 foram instaurados 72 (setenta e dois) processos licitatórios, que resultaram no valor global de R\$ 1.982.524,48 e, como ferramenta de gestão, em conformidade com os princípios da transparência e isonomia, foi adotado a modalidade eletrônica em 70% dos processos. Para o restante adotou-se as modalidades de dispensas e inexigibilidades, por força da impossibilidade de competição, conforme quadro abaixo:

MODALIDADES DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO	36
COTAÇÃO ELETRÔNICA	15
INEXIGIBILIDADE	13
DISPENSAS	08
Total	72

Registre-se que na modalidade eletrônica de licitação, houve economia de 55% (cinquenta e cinco por cento) aos cofres públicos, uma vez que nas pesquisas de mercado o valor global estimado fora de R\$ 2.360.311,63 e o valor global negociado nos Pregões foi de R\$ 1.058.038,14.

Com a busca de maior competição, em 2011, nas contratações de bens e serviços, através das diversas modalidades licitatórias, houve a redução no valor do regime de execução especial, ou seja, nas compras por suprimento de fundos, esta redução foi na ordem 59,42% em relação ao gasto em 2010.

No tocante à gestão patrimonial, foram instaurados processos de desfazimentos de bens classificados como inservíveis e antieconômicos, gerando economia dos gastos com manutenção.

Outra ação importante no exercício foi a transferência definitiva de bens que estavam em processo de comodato com alguns municípios, nas ações de epidemiologia e combate a dengue, propiciando a desmobilização deles do ativo patrimonial da SUEST/RJ, conforme demonstrado no quadro abaixo

BENS DOADOS	QUANTITATIVO
Veículos	58
Refrigeradores	24
Bombas de Pulverização	5
Nebulizador Portátil	1
Total	88

DETALHAMENTO DAS DOAÇÕES

01 veículo ao MS/NERJ

09 veículos ao Município de Eng. Paulo de Frontin

01 Kombi ao Município de Trajano de Moraes

44 Picup corsa ao Município do Rio de Janeiro

03 veículos ao Município de Resende

19 geladeiras a São João de Meriti

05 geladeiras ao Município de Resende

01 nebulizador portátil ao Município de Resende

04 bombas de pulverização ao Município Nova Iguaçu

01 bomba de pulverização ao Município de Silva Jardim

Foram ainda melhoradas as ferramentas de controle de gastos com telefonia fixa, água, luz, etc., e também na gestão e fiscalização dos contratos administrativos, proporcionando economia com as despesas de custeio.

Finalmente, é importante registrar que, a execução orçamentária e financeira das despesas correntes (custeio) da Administração, obteve um índice positivo de 91,0%, pois da provisão recebida da Presidência no valor de R\$ 7.433.097,00, foram empenhados R\$ 6.766.210,00, sendo apenas devolvido R\$ 666.888,00, decorrentes principalmente do retardamento da descentralização orçamentária da Presidência e que deixou de proporcionar tempo hábil para licitações no final do exercício.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência Estadual desenvolve as suas atividades com base no seu Plano Operacional, onde estão definidos os programas, as ações, subações, metas e o respectivo orçamento. O citado Documento é elaborado em conformidade com o que dispõe o Plano Plurianual de Governo- PPA.

A definição de programas, ações e/ou subações, metas e diretrizes de atuação é de competência dos órgãos técnicos da Presidência da instituição, cabendo à SUEST/RJ o desenvolvimento das subações elencadas.

Posto isto, optou-se por detalhar as estratégias utilizadas pelas diversas unidades que compõem a estrutura organizacional da Superintendência, para o desenvolvimento do seu elenco de atividades ao longo do ano de 2011.

As ações de saneamento ambiental, de responsabilidade da Divisão de Engenharia de Saúde Pública- Diesp, são desenvolvidas de diferentes formas e abordagens, ou seja, em algumas ações, cujo detalhamento será tratado oportunamente neste Relatório, a Divisão apenas acompanha e supervisiona, e em outras executa.

Ainda sobre a atividade de saneamento ambiental, cabe ressaltar que em 2011, houve uma mudança de estratégia, no que diz respeito às ações relativas a convênios e/ou termos de compromissos celebrados entre a Presidência da Instituição e entidades no Estado, pois foram descentralizados para a SUEST/RJ os atos subseqüentes à celebração dos citados documentos, o que impactou de forma excepcional no tempo de elaboração e finalização dos termos aditivos aos Convênios e Termos de Compromisso. Cumpre esclarecer que este último instrumento é utilizado quando os recursos são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

De maneira geral, a DIESP acompanha e supervisiona a execução das obras com visitas técnicas, e, quando do término de cada uma delas, certifica a sua conclusão.

No que concerne à atividade de Saúde Ambiental, a Unidade presta assessoria técnica aos municípios, no que diz respeito ao controle da qualidade da água para consumo humano. Com este objetivo, utiliza-se a estratégia de cooperação técnica com os municípios que requeiram tal serviço, contando a área com uma unidade móvel que possibilita a realização do citado controle.

As ações de educação em saúde utilizam como estratégia de atuação a abordagem direta junto às comunidades quilombolas e, de forma indireta, com as equipes ou núcleos de educação em saúde dos municípios pactuados com a SUEST/RJ.

As ações de recursos humanos obedecem aos documentos legais externos e internos os quais servem como norteadores para a sua execução.

A exemplo das ações de recursos humanos, as ações administrativas são desenvolvidas com base em literatura específica que rege os assuntos dessa natureza, destacando-se, entre elas a legislação vigente e as normas emanadas do Ministério do Planejamento e Gestão e dos demais órgãos centrais fiscalizadores.

Assim como foi mencionado no Relatório de Gestão de 2010, a Superintendência continuou adotando as mesmas estratégias para agilização do cumprimento do seu papel no Estado do Rio de Janeiro. Essas estratégias disseram respeito principalmente a:

- I) Otimização dos espaços de negociação coletiva, envolvendo gestores estadual e municipais para a agilização de obras de saneamento ambiental, com ênfase para aquelas relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- II) Realização de reuniões sistemáticas com gestores municipais visando a implantação e/ou implementação de parcerias, com vistas à alavancagem de ações de interesse mútuo;
- III) Participação em reuniões com representações estadual e municipais para troca de experiências, visando o fortalecimento dos processos de trabalho a serem desenvolvidos coletivamente.

Assim, em 2011 foi registrado um aumento do número de demandas à Superintendência, oriundas principalmente de prefeituras, no sentido de conhecer de forma aprofundada os trabalhos desenvolvidos pelo Órgão, no âmbito do estado. Isso equivale dizer que o nível de visibilidade da atuação da SUEST sofreu um sensível aumento, continuando a ser considerada como uma parceira na agenda dos gestores estadual e municipais, que trata da qualidade de vida da população, bem como na manutenção do seu estado de saúde.

Como se verá nos resultados apresentados, diversas subações da área de Saneamento Ambiental sofreram o impacto da concentração de esforços da SUEST/RJ para o Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), visando atender o interesse governamental e, mais especificamente, a determinação da Presidência da Funasa.

Em virtude dessa realidade, algumas das metas tiveram que ser sacrificadas, resultando em cumprimento inferior ao originalmente programado, em função principalmente, da escassez de recursos humanos e de disponibilidade para deslocamentos de viagens de supervisão e monitoramento.

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

Quadro A 2.3.1. Programa 0122

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.1. Ação 10GD

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.1.1. Subação 10GD

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Excluído de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar 18 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos a exercícios anteriores;	Projeto Analisado	Unid.	18	08	44%
Realizar 130 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos a exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento Realizada	Unid.	130	54	42%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica – Diversas viagens não foram realizadas, uma vez que por solicitação da Presidência os técnicos tiveram que priorizar a análise dos projetos do PAC 2.

Como ponto positivo pode-se destacar o empenho da equipe em atender a solicitação.

Quadro A 2.3.1.2. Ação 10GE

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.2.1. Subação 10GE

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar 12 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2011;	Projeto Analisado pleito 2011	Unid.	12	05	42%
Analisar 31 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de exercícios anteriores;	Projeto Analisado exercícios anteriores	Unid.	31	12	39%
Realizar 60 visitas preliminares de convênios de 2011;	Visita Técnica Preliminar Realizada	Unid.	60	23	38%
Realizar 145 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	Unid.	145	54	37%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica - Diversas viagens não foram realizadas, uma vez que por solicitação da Presidência os técnicos tiveram que priorizar a análise dos projetos do PAC 2. Como ponto positivo pode-se destacar o empenho da equipe em atender a solicitação

Alguns projetos relativos aos pleitos de 2011 não foram analisados, tendo em vista que os municípios não apresentaram a documentação exigida. O mesmo aconteceu com as visitas técnicas preliminares, pois os municípios não apresentaram os projetos.

Como medidas para o cumprimento da meta foram enviados Ofícios aos municípios cobrando a apresentação desses projetos, assim como a proposição, pela SUEST, de sanar todas as dúvidas técnicas que porventura surgirem.

Quadro A 2.3.1.3. Ação 20AG

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patricia Valeria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.3.1. Subação 20AG

Identificação da subação					
Denominação: 40298 – Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar 03 tecnicamente municípios com elaboração de PMSB;	Município Apoiado	Unid.	03	01	33%
Analisar 03 planos de trabalho e orçamento detalhados relativos aos PMSB;	Plano de Trabalho e Orçamento detalhado analisado	Unid.	03	01	33%
Participação em 06 reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo;	Participação em reunião	Unid.	06	0	0%
Analisar 03 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB;	Diagnóstico analisado	Unid.	03	0	0%
Elaborar 05 pareceres finais referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer Elaborado	Unid.	05	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica - A não realização dos produtos deve-se ao cancelamento de dois convênios por iniciativa dos próprios municípios.

Com referência a elaboração do parecer final, a meta não foi cumprida em razão do município ainda estar processando as correções técnicas solicitadas.

Quadro A 2.3.1.4. Ação 6908

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Onivaldo Ferreira Coutinho
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (Desam)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.4.1. Subação 6908

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Educação em saúde voltada para o saneamento ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	Unid.	15	07	46,06%
Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa.	Município Apoiado	Unid.	18	18	100%
Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC.	Município Apoiado	Unid.	12	12	100%
Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unid.	20	07	35%
Apoiar tecnicamente a realização de projetos de	Projeto Apoiado	Unid.	02	02	100%

coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (Catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social.					
Realizar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, em parceria com os municípios, nas comunidades remanescentes de Quilombo.	Município apoiado	Unid.	01	-	0%
Apoiar tecnicamente, por meio dos Núcleos Intersectoriais de Cooperação Técnica (NICT), os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Município Apoiado	Unid.	02	-	0%
Apoiar 15 municípios na implantação de ações educativas, referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Pesms nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Município apoiado	Unid.	15	10	61%
Apoiar as ações do Ministério da Saúde no controle da Dengue nos municípios, atuando de forma integrada em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Defesa Civil.	Ações apoiadas	Unid.	10	10	100%
Assessorar técnicos dos municípios com maior índice de dengue na área de Educação em Saúde Ambiental, Comunicação e Mobilização Social.	Técnicos Assessorados	Unid.	40	40	100%

Capacitar técnicos dos municípios com maior risco da dengue na área de Educação em Saúde Ambiental, Comunicação e Mobilização Social.	Município Assessorado	Unid.	40	40	100%
Apoiar municípios na divulgação permanente das ações de controle da dengue e resultados alcançados junto à sociedade.	Município Apoiado	Unid.	10	10	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica – As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento e saúde ambiental financiados junto ao estado e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

A proposta é garantir que as melhorias em saneamento e saúde ambiental implementadas nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (remanescentes de quilombos) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis nos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação de recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados.

Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, financiadas por recursos de convênio, até 2005, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos social/ comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde.

Quadro A 2.3.2.5. Ação 7652

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.5.1. Subação 7652

Identificação da subação					
Denominação: Implantação de Melhorias sanitárias domiciliares para a prevenção e controle de agravos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar 12 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de MDS de exercícios anteriores.	Projeto Analisado	Unid.	12	06	50%
Realizar 80 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	Unid.	80	60	75%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica - As análises de projetos foram reduzidas, tendo em vista a não apresentação, pelos municípios, de documentação exigida.

As visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores também foram reduzidas, uma vez que por solicitação da Presidência o técnico envolvido teve que priorizar a análise dos projetos do PAC 2. Como ponto positivo pode-se destacar o empenho da equipe em atender a solicitação e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais que atua nessa ação.

Quadro A 2.3.2.6. Ação 20AF

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Vilma Ramos Feitosa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.6.1. Subação 20AF

Identificação da subação					
Denominação: Apoio ao controle da qualidade da água para o consumo humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente 04 sistemas de abastecimento de água no que se refere à melhoria da qualidade de água para o consumo humano.	Sistema Apoiado	Unid.	4	22	550%
Realizar capacitação da ação de vigilância de qualidade de água em 40 municípios.	Município atendido	Unid.	40	54	135%
Aquisição de equipamentos de laboratório para controle da qualidade da água para a URCQA.	Equipamentos adquiridos	Unid.	10	14	140%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica – O grande percentual de atendimento das metas programadas dos produtos acima se deve a efetiva participação dos municípios nos quatro cursos de capacitação realizados entre a SES-SUEST-RJ. Ressaltamos que em função do conhecimento dos prestadores de saneamento municipais na série histórica de apoio técnico de controle de qualidade de água por parte da URCQA Barra de São João foram atendidos um número maior de solicitações do que programado. Destacamos ainda como condição para esse nível de atendimento o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe de controle de qualidade de água.

Embutido sobre estas realizações apontamos como ponto negativo o número reduzido de profissionais lotados e a grande dificuldade de aquisição dos insumos necessários para a operacionalização/manutenção dos equipamentos nos laboratórios físico-químico, bacteriológico e de hidrobiologia da URCQA e da Unidade Móvel de Controle de Qualidade de Água(UMCQA) existentes em Casimiro de Abreu.

Quadro A 2.3.1.7. Ação 2272

Identificação da Ação
Denominação: 2272 – Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patricia Valeria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.1.7.1. Subação 2272

Identificação da subação - 1					
Denominação: Apoio ao processo de seleção do PAC 2 – Contratação de Projeto					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visita local para definição da contratação de projetos	Visita Realizada	Unid.	34	45	132%
Realizar processo de licitação para contratação dos projetos	Licitações realizadas	Unid.	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica – A demanda dos municípios ficou acima do previsto. Como ponto positivo pode-se destacar o avanço da Funasa no suporte para a elaboração de projetos para atender municípios que não tem estrutura para elaborar esses projetos e que servirão a eles para solicitar recursos para obras.

Quadro A 2.3.1.7.1. Subação 2272

Identificação da subação - 2					
Denominação: Apoio ao processo de seleção do PAC 2 – Contratação de Obras					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar entrevistas com os municípios pré-selecionados para contratação de obras	Entrevista realizada	Unid.	43	43	100%
Realizar visita preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	Visita realizada	Unid.	24	13	54%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica – O objetivo de realizar as entrevistas foi cumprido integralmente conforme solicitação e orientação da Presidência. Destaca-se o empenho dos técnicos na realização dessa tarefa para atender ao PAC II.

O número de visitas preliminares foi reduzido conforme determinação da Presidência.

Quadro A 2.3.2. Programa 1287

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Gilson de Carvalho Queiroz Filho	Responsável: Ruy Gomide Barreira
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.2.1. Ação 4641

Identificação da Ação
Denominação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Geraldo Melo Corrêa
Unidade Executora: Coordenação de Comunicação Social (COESC)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.2.1.1. Subação 4641

Identificação da subação					
Denominação: Divulgações permanentes da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Ambiental.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Divulgar ações, projetos e programas das áreas finalísticas e administrativas da Superintendência Estadual do Rio de Janeiro	Matéria Divulgada	Unid.	50	67	134%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica – As atividades foram desenvolvidas normalmente, e os trabalhos foram realizados com sucesso. Como ponto negativo pode-se citar o fato de não existir um profissional com formação adequada (comunicação social com ênfase em Jornalismo) para a área.

Quadro A 2.3.3. Programa 8007

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: Ruy Gomide Barreira- Funasa/MS
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.3.1. Ação 10GG

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.3.1.1. Subação 10GG

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e melhorias de sistema público de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar 05 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de Exercícios Anteriores	Projeto Analisado	Unid.	05	04	80%
Realizar 25 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	Unid.	25	18	72%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica - O número de viagens foi reduzido, uma vez que por solicitação da Presidência os técnicos tiveram que priorizar a análise dos projetos do PAC 2. Como ponto positivo pode-se destacar o empenho da equipe em atender a solicitação.

Quadro A 2.3.3.2. Ação 20AM

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.3.2.1. Subação 20AM

Identificação da subação					
Denominação: 40318 – Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 12 projetos de implantação de projetos de coleta e reciclagem de materiais	Projeto Analisado	Unid.	12	04	33%
Realizar 60 visita técnica preliminar de convênios relativos a exercícios anteriores.	Visita Técnica de Preliminar Realizada	Unid.	60	03	02%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica - O número reduzido de análises de projetos e visitas técnicas preliminares foi devido a essa ação ser realizada por cooperativas ou organizações não governamentais que não conseguiram atender as exigências para conclusão das etapas. Trata-se de ação nova na Superintendência.

Quadro A 2.3.4. Programa 0016

Identificação do Programa de Governo	
Denominação: Gestão da Política de Saúde	
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Aparecida do Amaral – Ministério da Saúde	Responsável: Arionaldo Bomfim Rosendo – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.4.1. Ação 4572

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.4.1.1. Subação 4572

Identificação da subação					
Denominação: Participação de Servidores Públicos Federais da Funasa em Eventos de Capacitação.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Promover a participação de 50 servidores públicos federais em eventos de capacitação.	Servidores Beneficiados	%	50	69	138%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Análise Crítica A quantidade de procedimentos legais que um processo de capacitação exige e pelo acometimento de novas atribuições que surgem cotidianamente no âmbito do serviço público, muitas áreas não conseguem se programar com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias para a finalização do processo de capacitação, o que dificulta o tempo hábil para tramitação do processo, acarretando a não participação dos servidores nos eventos já programados no Plano Anual de Capacitação.

Finalmente, a facilidade na execução da meta foi à parceria da Coordenação de Seleção de Desenvolvimento de Recursos Humanos-Coder/Cgerh, nos trâmites dos processos encaminhados à Presidência, bem como a eficiência do Setor de Material/Suest-RJ e o empenho da Seção de Execução Orçamentária e Financeira/Suest-RJ, concluindo, em tempo hábil, os processos referentes ao Setor de Capacitação/Suest-RJ.

Quadro A 2.3.5. Programa 0750

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Marcos Roberto Muffareg - Funasa/MS
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro A 2.3.5.1. Ação 20CW

Identificação da Ação
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Tipo de Ação: Não informado
Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2011 e Sigplan

Justificativa: Devido ao atraso na disponibilização de um Sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

2.3.1. Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AG	A	3	Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Apoiar tecnicamente 03 municípios com elaboração de Planos municipais de Saneamento Básico.	Município apoiado	Un.	03	01		
							Analisar 03 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB.	Plano de Trabalho e orçamento detalhado analisado	Un.	03	01		
							Participação em 06 reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter Orientativo.	Participação em reunião	Un.	06	-		
							Analisar diagnósticos técnico-participativos dos PMSB	Diagnóstico analisado	Un.	03	-		
							Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR	Parecer Elaborado	Un.	05	-		
10	122	0122	2272	A	4	Apoio ao processo de seleção do PAC 2 – Contratação de Projetos	Realizar visita local para definição de projetos	Visita realizada	Un.	34	45		
						Realizar processo de licitação para contratação dos projetos	Licitações realizadas	Un.	1	1			

						Apoio ao processo de seleção do PAC 2 – Contratação de Obras	Realizar entrevistas com os municípios pré-selecionados para contratação de obras.	Entrevista realizada	Un.	43	43	
							Realizar visita preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	Visita realizada	Un.	24	13	
10	512	0122	7652	P	1	Implantação de Melhorias sanitárias domiciliares para a prevenção e controle de agravos.	Analisar 12 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de MDS de exercícios anteriores.	Projeto Analisado	Un.	12	06	
							Realizar 80 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	Un.	80	60	
10	512	0122	10GD	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Analisar projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Un.	18	08	
							Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água relativos a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento realizada.	Un.	130	54	
10	512	0122	10GE	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em	Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2011	Projeto analisado	Un.	12	05	
							Analisar projetos de	Projeto analisado	Un.	31	12	

						Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de exercícios anteriores.					
							Realizar visitas preliminares de convênios de 2011	Visita técnica preliminar realizada	Un.	60	23	
							Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita Técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Un.	145	54	
10	131	1287	4641	A	3	Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Ambiental	Divulgar ações, projetos e programas das áreas finalísticas e administrativas da Superintendência Estadual do Rio de Janeiro	Matéria divulgada	Un.	50	67	
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e melhorias de sistema público de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride)	Analisar 05 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de Exercícios Anteriores	Projeto Analisado	Un.	05	04	
							Realizar 25 visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	Un.	25	18	
10	512	8007	20AM	A	3	Implementação	1. Analisar projetos de	Projeto analisado	Un.	12	04	

						de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	implantação de projetos de coleta e reciclagem de materiais					
							2. Realizar visita técnica preliminar de convênios relativos a exercícios anteriores	Visita técnica preliminar realizada	Un.	60	03	
SAÚDE AMBIENTAL												
10	512	0122	20AF	A	3	Apoio ao controle da qualidade da água para o consumo humano	Apoiar tecnicamente 04 sistemas de abastecimento de água no que se refere à melhoria da qualidade de água para o consumo humano.	Sistema Apoiado	UN	4	22	
							Realizar capacitação da ação de vigilância de qualidade de água em 40 municípios.	Município atendido	UN	40	54	
							Aquisição de equipamentos de laboratório para controle da qualidade da água para a URCQA.	Equipamentos adquiridos	Unid.	10	14	
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde voltada para o saneamento ambiental	Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	Unid.	15	07	
							Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da	Município apoiado	Unid.	18	18	

						Funasa.					
						Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC.	Município apoiado	Unid.		12	12
						Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unid.		20	07
						Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (Catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social.	Projeto apoiado	Unid.		02	02
						Realizar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, em parceria com os municípios, nas comunidades remanescentes de Quilombo.	Município apoiado	Unidade		01	-
						Apoiar tecnicamente, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), os municípios na elaboração	Município apoiado	Unid		02	-

						dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
						Apoiar 15 municípios na implantação de ações educativas, referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Pesms nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Município apoiado	Unid.	15	10	
						Apoiar as ações do Ministério da Saúde no controle da Dengue nos municípios, atuando de forma integrada em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Defesa Civil.	Ações apoiadas	Unid.	10	10	
						Assessorar técnicos dos municípios com maior índice de dengue na área de Educação em Saúde Ambiental, Comunicação e Mobilização Social.	Técnicos Assessorados	Unid.	40	40	
						Capacitar técnicos dos municípios com maior risco da dengue na área de Educação em Saúde Ambiental, Comunicação e Mobilização Social.	Município Assessorado	Unid.	40	40	
						Apoiar municípios na divulgação permanente das ações de controle da dengue e resultados alcançados junto à sociedade.	Município Apoiado	Unid.	10	10	

GESTÃO

10	128	0016	4572	A	3		Promover a participação de 50 servidores públicos federais em eventos de capacitação.	Servidores Beneficiados	%	50	69	
----	-----	------	------	---	---	--	---	-------------------------	---	----	----	--

* A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

2.4.3 Programação de Despesa de Capital

Quadro A.2.5 – Programação de Despesa de Capital

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	255019	09272008901810001	250.304,00		
			10122075020000001	198.935,00		
			10306075020120001			304,00
			10331075020110001			391,00
			10122012222720001			161.188,00
			10122075020000001			6.358.670,00
			10122128722720001			104.248,00
			10126001668810001			380.810,00
			10128001645720001			53.096,00
			10541012269080001			16.178,00
			10305144426890001			16.919.371,00
			10122128722720001			4.209,00
			10423015087430001			574.566,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de	UG concedente	Classificação da ação	Despesas de Capital			

Crédito		ou recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	255019	10122075020000001	49.281,00		
			10126001668810001	4.044,00		
			10512012220AF0001	305.773,00		
			10302015038690001	3.821,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Ainda que se tenha recebido recursos para o desenvolvimento do programa de trabalho da unidade no exercício em referência, há que se destacar que este montante não atendeu de forma integral todas as necessidades. Dessa forma, algumas ações tiveram os seus quantitativos reduzidos, impactando, de forma negativa, no alcance de algumas metas estabelecidas para o exercício. Outro fator negativo foi a demora no repasse dos recursos, por parte da Presidência da Instituição.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

2.4.4.1 Execução Orçamento de Créditos originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência		80.462,		80.462,
Pregão	6.615.041,	5.376.411,	6.101.232,	5.134.380,
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	365.930,	684.374,	336.182,	671.136,
Inexigibilidade	586.830,	515.997,	549.624,	511.294,
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	2.507,	4.219,	2.507,	4.219,
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	238.851,	475.752,	238.851,	475.752,
Outros (Não se Aplica)	17.365.647,	820.934,	10.897.909,	820.934,

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
14 – Diárias – Pessoal Civil	214.826,00	421.193,00	214.826,00	421.193,00			214.826,00	421.193,00
30 – Material de Consumo	272.098,00	172.956,00	272.098,00	127.744,00	5.000,00	45.211,00	267.098,00	121.208,00
33 – Passagens e Despesas de Locomoção								
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	56.386,00	80.095,00	56.386,00	80.095,00	3.500,00		52.886,00	80.095,00
37 – Locação de Mão-de-Obra	4.367.510,00	4.706.047,00	4.367.510,00	4.332.531,00	389.117,00	373.515,00	3.978.393,00	4.096.182,00
39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	2.583.675,00	2.472.615,00	2.583.675,00	2.190.453,00	170.647,00	282.162,00	2.413.028,00	2.173.368,00
47 – Obrig.Tribut.e Contrib-OP.Intra-Orçament.	3.180,00	74.085,00	3.180,00	74.085,00			3.180,00	74.085,00
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	130.524,00	133.534,00	130.524,00	133.534,00			130.524,00	133.534,00
93 – Indenizações e Restituições	16.930.803,00	28.574,00	16.930.803,00	28.574,00	6.467.738,00		10.463.065,00	28.574,00

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
51 – Obras e Instalações – OP.INT.ORC								
52 – Equip. e Material Permanente – OP.INTRA-ORC.	362.921,	637.308,	362.921,	94.184,	9.618,	543.123,	353.303,	94.184,
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Conforme explicitado na análise do quadro 2.7, alguns itens de despesas sofreram pequenas restrições, tendo em vista, a insuficiência de recursos recebidos em alguns elementos. As licitações, no geral, foram realizadas sem quaisquer prejuízos as atividades. Em outras palavras, as metas estabelecidas para o exercício careceram de revisão, em função de contingenciamentos efetuados pelo nível central da Instituição.

Pode ser considerada como fator negativo, a demora no repasse dos recursos para a efetivação das despesas. Ainda assim, não ficaram pendências significativas, que possam onerar o próximo exercício, sendo que as remanescentes poderão ser resolvidas, sem embargo do desenvolvimento do plano de trabalho de 2012.

2.4.7. - Indicadores Institucionais - Indicadores de saneamento ambiental

A composição das fórmulas de cálculo exposta no quadro abaixo, deu-se de forma a utilizar o total de projetos aprovados no período de 2007 a 2009, uma vez que, dos TC's celebrados nem todos apresentaram projetos e outros foram apresentados sem condições de aprovação.

O percentual do nº de obras realizadas com menos que 30%, tanto em Abastecimento de Água como em Esgotamento Sanitário, diminuiu em relação ao ano anterior e o nº de obras com percentual acima de 70% aumentou. Isso era esperado, tendo em vista que com o andamento das obras esse percentual de um ano para outro deveria realmente aumentar.

Quanto ao percentual de conclusão, mais 03 obras foram concluídas: uma em abastecimento de água e duas em esgotamento sanitário. Também se verificou um aumento na realização das obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas do total previsto no PAC.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2009 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	5/23*100=	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	56,25	21,74
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	8/23*100=					0	34,78
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	1/23*100=					6,25	4,35

<p>Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2009 a 2011.</p> <p>(Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p>	<p>5/13*100=</p> <p>6/13*100=</p> <p>2/13*100=</p>	<p>Eficácia</p>	<p>Sigesan e Siscon</p> <p>Siafi</p>	<p>Relatórios do Sigesan;</p> <p>Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)</p>	<p>Densp</p> <p>Depin</p> <p>Suest</p>	<p>66,66</p> <p>33,33</p> <p>0</p>	<p>38,46</p> <p>46,15</p> <p>15,38</p>
<p>Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado)</p> <p>(*) Acumulado – 2009 a 2011</p>	<p>Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado } (*)}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$</p>	<p>495/1560*100=</p>	<p>Eficácia</p>	<p>Programação do PAC</p> <p>Sigesan</p>	<p>Relatório gerado do Sistema</p> <p>Programa-ção do PAC</p>	<p>DENSP/Suest</p>	<p>12,65</p>	<p>32,0</p>

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

“Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.”

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	83.183,	-	-	83.183,
2010	259.970,	-	259.970,	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	7.048.503,	-	-	7.048.503
2010	1.324.012,	212.978,	1.111.034,	-
...				
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

4.2 Análise Crítica

Análise Crítica: A SUEST/RJ adota a estratégia de análise periódica dos empenhos inscritos e pendentes de pagamento, assim, regularizando-os.

Os restos a pagar processados com saldo em 31/12/2011 são decorrentes de processos de liquidação em andamento no fornecimento de bens, já tendo sido liquidados até março de 2012, 96,32% do saldo registrado. Quanto aos não processados, trata-se de saldo para pagamento de dívidas trabalhista relativo aos empregados públicos e que não puderam ser pagos em 2011, por força de pendências existentes dos dados funcionais dos beneficiários, registre-se de que desse montante já foram liquidados 90% do saldo em 2012.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	141	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	003	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	001	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.5. <i>Empregado Público</i>	-	5.068	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	001	-	001	-
3. Total de Servidores (1+2)	001	5.212	002	-

Fonte: SIAPE – DW

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	8
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei 8.270)	100
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses articulars	2
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
6.1. Licença Prêmio Assiduidade Lei 8.112	3
6.2. Auxílio Doença – Previdência (CLT)	48
6.3. Afastamento sem remuneração (CLT) (Abandono de emprego / em reclusão)	12
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	175

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro 5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	6	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	14	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		21	-	-

Fonte: SIAPE/DW

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	
<i>1.2. Servidores de Carreira</i>	1	3	77	141	19
<i>1.3. Servidores com Contratos Temporários</i>	1	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	7	-
<i>2.3. Funções gratificadas</i>	-	2	2	10	
<i>2.4. Empregado Público</i>	-	650	2.862	1.277	280
3. Totais (1+2)	2	655	2.941	1.435	299

Fonte: SIAPE/DW

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1.2. Servidores de Carreira</i>	-	1	10	19	111	108	-	-	-
<i>1.3. Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	1	-	-	-
<i>1.4. Empregados Públicos</i>	-	1	5	805	3.661	596	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão									
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	-	7	-	-	-
<i>2.3. Funções gratificadas</i>	-	-	1	-	5	8	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	2	16	824	3.777	720	-	-	-
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 5.6 – Composição do Quadro dos servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro de 2011.

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	11	11
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	2	2
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	13	13

Fonte: SIAPE/DW

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	2.411	35
1.2. Proporcional	-	6
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	2.411	41

Fonte: SIAPE/DW

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.8 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	12	14	11	6	R\$ 23.181,33
1.2 Área Meio	12	12	8	6	R\$ 24.339,19
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	49	52	44	41	R\$ 66.028,25
3. Total (1+2)					113.548,77

Fonte: SIAPE/DW

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro 5.9 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exerc	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exerc	2011	100.971.088,63		47.659.086,85	13.013.699,14	33.208.877,48	9.327.667,50	79.780,69		1.071.684,86	205.331.885,15
	2010	101.000.187,90	87.373,05	74.670.033,49	22.614.982,61	9.734.015,57	1.617.906,57	3.487.439,61			213.211.938,80
	2009	104.697.968,17	105.772,84	94.353.718,87	25.050.320,82	9.554.174,84	694.329,22	710.206,11			235.166.490,87
Servidores com Contratos Temporários											
Exerc	2011	52.105,00		7.662,49				36,91			59.764,40
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exerc	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exerc	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exerc	2011	193.239,18	24.860,96								218.100,14
	2010	84.509,48	127.447,27								211.956,75
	2009	83.113,80	138.696,84								221.810,64
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exerc	2011	21.602,77	55.177,05								76.779,82
	2010	206.833,14									206.833,14
	2009	189.612,49									189.612,49
Empregados Públicos											
Exerc	2011	160.271.054,87		60.826.031,32	7.282.780,38		140,29	15.622,80			228.395.629,66
	2010										
	2009										

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações do sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro 5.9 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

A FUNASA NÃO POSSUI PLANO DE CARGOS E CARREIRAS.

Quadro 5.10 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

NÃO OCORRERAM SUBSTITUIÇÕES DE EMPREGADO TERCEIRIZADOS, TENDO EM VISTA QUE NÃO FORAM DESTINADAS VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA ESTA FINALIDADE.

5.5.2 – Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro 5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

A SUEST-RJ NÃO FOI CONTEMPLADA COM CARGOS ADMINISTRATIVOS QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO OCORRIDO EM 2009.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde													
UG/Gestão: 255019/36211							CNPJ: 26.989.350/0549-84						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	008/2009	039.537.063/001-17	15/12/09	14/12/11	25	22	-	-	-	-	P
2010	L	O	005/2010	09.060.537/0001-11	15/10/10	14/10/11	16	16	-	-	-	-	P
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA													
UG/Gestão: 255019/36211						CNPJ: 26.989.350/0549-84							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Situação		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2008	8	O	004/2008	27.859.008/0001-64	01/09/08	31/08/11	-	-	1	1	-	-	P
2009	14	O	010/2008	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/11	-	-	62	57	-	-	P
2009	4	O	010/2008	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/11	18	13	-	-	-	-	P
2009	7	O	010/2008	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/11	3	3	-	-	-	-	P
2009	10	O	010/2008	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/11	4	3	-	-	-	-	P
2010	5	O	002/2010	01.515.034/0001-81	01/04/10	31/03/11	-	-	5	5	2	2	P
2010	11	O	007/2010	01.558.926/0001-60	30/12/10	29/12/11	-	-	1	1	-	-	E
Observações:													
LEGENDA			7. <i>Recepção;</i> 8. <i>Reprografia;</i> 9. <i>Telecomunicações;</i> 10. <i>Manutenção de bens móveis</i> 11. <i>Manutenção de bens imóveis</i> 12. <i>Brigadistas</i> 13. <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</i> 14. <i>Outras</i>				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte:

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SUEST-RJ não se utiliza de nenhum dos indicadores relacionados, pois não foram implantados pela presidência da Funasa, exceção da avaliação de desempenho funcional e institucional, cujos critérios e procedimentos específicos foram publicados no boletim de serviço nº. 52, da presidência, de 27/12/2010 e implementada em 15/04/2011, com efeitos financeiros a partir de 15/12/2010.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro 6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencia: 2011.

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro 6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes.

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0549-84			UG/GESTÃO: RIO DE JANEIRO		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		22	
		Montante Repassado		20.766.731,69	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	7	
			Montante Repassado (R\$)	6.129.921,36	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	3	
			Montante Repassado (R\$)	2.170.790,64	
2010	Contas prestadas	Quantidade	21		
		Montante Repassado (R\$)	10.280.613,33		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	14		
		Montante Repassado (R\$)	6.138.044,09		
2009	Contas prestadas	Quantidade	26		
		Montante Repassado (R\$)	32.893.065,91		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	56		
		Montante Repassado (R\$)	30.650.556,81		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	37		
		Montante Repassado (R\$)	58.069.236,84		

Fonte: SIAFI

6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: FUNADAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE						
CNPJ: 26.989.350/0549-84			UG/GESTÃO: RIO DE JANEIRO			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas			32		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		6		
		Montante repassado (R\$)		R\$ 2.341.239,46		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		26	
			Quantidade Reprovada		0	
			Quantidade de TCE		0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		6	
Montante repassado (R\$)			R\$ 683.433,15			
2010	Quantidade de contas prestadas			21		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		21		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		15		
Montante repassado (R\$)		R\$ 4.195.714,42				
2009	Quantidade de contas prestadas			44		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		44		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		4		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		66		
Montante repassado		R\$ 44.599.274,36				
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		52		
		Montante repassado		R\$ 190.549.258,67		

6.3 Análise Crítica -

a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Quanto às inadimplências registradas no Siafi de 2009 a 2011, tem-se as situações abaixo relacionadas:

Cv 2273/00 – Instituto Universidade Popular da Baixada;

Cv 0510/02 – PM. de Itatiaia;

Cv 0870/04 – PM de Cambuci;

Cv 0604/02 – PM de Paracambi;

Cv 0831/03 – PM de Cambuci;

Cv 2972/06 – PM de Paracambi;

Cv 1510/98 – PM de Magé;

Cv 1603/98 – SES Rio de Janeiro;

Cv 1601/98 – PM Magé;

Cv 2086/99 – PM Saquarema;

Cv 1055/00 – PM Mangaratiba;

CV 2215/00 – PM Macuco;

Cv 1615/01 – PM Mangaratiba;

Cv 0730/05 – PM Iguaba Grande;

Todos os convênios já foram objeto de Tomadas de Contas Especiais, instauradas, as quais já tomaram seus cursos, seja com encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, seja com o recolhimento efetuado através de Notificação.

b) Da evolução das transferências efetuadas nos últimos exercícios, quanto à quantidade e volume dos recursos transferidos:

As transferências de recursos hoje, já mostram grande evolução, pois se por um lado temos ainda problemas técnicos como licença ambiental, licença de instalação e principalmente projetos. Por outro lado, temos a melhora dos mecanismos como Siscon, Siconv, etc, que além de oferecerem maior segurança, a movimentação “on Line” oferece maior celeridade.

c) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no art. 35 do Decreto 93872 e do art. 12 do Decreto 7445/2011 ou Legislação que o altere:

Quanto às transferências efetuadas entre 2008 e 2011, todas ocorreram e tiveram o devido processamento em consonância com as diretrizes fixadas nos Decretos 93872/86 e 7445/2011.

d) Das Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011:

Temos, como medida importante, a descentralização dos serviços da CGCON/PRESI, o qual deu enorme agilidade nos processos e controles.

e) Da análise da evolução das Prestações de Contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à Conformidade das Prestações de Contas com os prazos regulamentares:

Com a descentralização dos serviços da CGCON para as Superintendências houve maior eficácia nos controles e maior fiscalização, havendo, desta forma, grande diminuição no passivo.

f) Da análise da evolução das Prestações de Contas referentes às transferências expiradas em 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

Considerando-se a insuficiência de pessoal, o que é notória a nível de Brasil, a eficácia e eficiência dos procedimentos adotados, somando-se a mão de obra terceirizada que representa grande força nos serviços executados na Funasa em qualquer ramo de atividade, poderíamos alcançar o ápice da eficiência, não fossem nossas ações prejudicadas pelo advento das ações do PAC 2, cuja sucesso exigiu esforço sobrenatural da Equipe para que as referidas ações não sofressem paralisação com análises técnicas, visitas técnicas e apoio administrativo, sendo as referidas ações desempenhadas com louvor, dado o grandioso empenho das equipes técnica e administrativa que apesar de pequenas são muito eficientes.

g) Estruturas de Controle definido para o gerenciamento das transferências informando, inclusive, a capacidade de fiscalização “in loco” da execução dos planos de trabalho contratados:

Considerando-se que 99% das irregularidades apontadas pelo TCU na esfera dos Convênios, referem-se a falcatruas na licitação, é de praxe nesta superintendência, que os controles podem ser melhorados, entretanto, as visitas técnicas e administrativas são imperiosas para aprovação dos referidos convênios. Considerando-se o pequeno quantitativo dos Servidores, suplantamo-nos através de visitas periódicas com logísticas que incluem 03 Municípios/semana. O esforço é grande, mas o trabalho é eficiente.

7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Claudio Manoel de Faria Moreira, CPF nº 545.606.597-53, ocupante do cargo de Superintendente Estadual Substituto, exercido na Fundação Nacional de Saúde no Rio de Janeiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2012.


Claudio Manoel de Faria Moreira

545.606597-53

Superintendente Estadual Substituto/Suest-RJ

8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

DECLARAÇÃO

Eu, Claudio Manoel de Faria Moreira, CPF nº 545.606.597-53, ocupante do cargo de Superintendente Estadual Substituto, exercido na Fundação Nacional de Saúde, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2012.



Claudio Manoel de Faria Moreira

545.606597-53

Superintendente Estadual Substituto/Suest-RJ

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	4	-
	Entregaram a DBR	7	4	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SIAPE/DW

8.2 Análise Crítica

Em 2011, quando da posse e/ou entrada do exercício do cargo comissionado ou função de confiança foi solicitada pelo Serviço de Recursos Humanos desta Suest-RJ a Declaração de Bens e Rendas – DBR, o que foi atendido.

Não existe sistema informatizado para controle da entrega da DBR e nem análise da incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida.

A sistemática de entrega se dá nas duas modalidades (entrega do formulário e autorização eletrônica) e arquivado na pasta funcional.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>	X				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? REDUÇÃO DE CONSUMO</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>			X		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>				X	

<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>				X	
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? COMUNICAÇÃO OFICIAL</p>				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? PALESTRAS</p>				X	

11. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

11.1 Gestão de bens imóveis de uso especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Rio das Ostras – Av. Guanabara, S/N	01	01
	Casimiro de Abreu – Rua João Soares, n° 446	01	01
	Rio de Janeiro – Av. Brasil, n° 7026	01	01
	Rio de Janeiro, Rua Coelho e Castro, n° 06 - Saúde	01	01
	Rio de Janeiro - Rua Aguanil, lotes de terreno n° 02,03,04 e 05, na quadra 02 – Santa Cruz	01	01
Subtotal Brasil		05	05
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ 0	Σ 0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ 0	Σ 0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ 0	Σ 0
Total (Brasil + Exterior)		05	05

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Angra dos Reis – Rua Barão de Mambucaba, n° 101 – lote n° 36	01	01
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ 0	Σ 0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ 0	Σ 0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ 0	Σ 0
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255019	2921 00002.500-4	5	3	R\$ 3.120,00	22/12/2008	R\$1.756.705,69		
255019	5825 00012.500-1	5	4	R\$ 3.060,00	22/12/2008	R\$ 84.200,78		
255019	6001 02670.500-2	7	4	R\$ 2.914,00	26/12/2008	R\$1.906.929,34		
255019	6001 02836.500-4	13	3	R\$ 60.372,00	26/12/2008	R\$4.524.871,49	1	R\$80.000,00
255019	6001 04348.500-7	2	1	R\$ 260.288,00	27/11/2008	R\$ 260.288,41		
Total				8.532.995,71			1	R\$80.000,00

Análise crítica:

a) Imóvel situado na Rodovia Amaral Peixoto n.º 895 – Barra de São João – 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ, com área de terreno de 65.850,00 m² e área construída de 2.714,40 m², cedido através do Termo de Cessão de uso n.º 002/2010 à Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, para funcionamento do Hospital de Barra de São João, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, em decorrência do processo de regularização de imóveis realizado pela Comissão instituída pela Portaria Funasa/Suest-RJ n.º 705/2010, estando o mesmo na fase de escrituração pública junto ao Cartório de Registro de Imóvel do citado município;

b) Imóvel situado na Rua Santo Antonio, n.º 155 – Barra de São João – 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ, tendo a destinação de uso pela Superintendência Estadual da Funasa, com as instalações do Centro de Capacitação e a Unidade de Referência de Controle de Qualidade de Água, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, em decorrência do processo de regularização de imóveis realizado pela Comissão instituída pela Portaria Funasa/Suest-RJ n.º 705/2010, estando o mesmo na fase de escrituração pública junto ao Cartório de Registro de Imóvel do citado município.

12. GESTÃO DE TI

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2 efetivos 7 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	255019	Limite de Utilização da UG	76.500,		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Andrelino Souza de Oliveira	54838843704		1.140,00	00	1.140,00
José Pacheco Machado	57101736734		00	573,00	573,00
Edson Honorio C. de Souza	84425245768		00	793,00	793,00
Total utilizado pela UG			1.140,00	1.367,00	2.507,00
Código da UG 2:	255019	Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte: SAOFI

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	1	1.140,00	2	1.367,00	2.507,00
2010	2	1.718,00	3	2.500,00	4.218,00
2009	1	194,00	2	3.008,00	3.202,00

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DESTA SUEST-RJ”

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU E DA CGU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

“Não houve deliberações no exercício.”

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

“Não houve deliberações no exercício.”

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA/RJ			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Orde m	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1 A 73	218015	3.2.1.4/3.2.2.4	OFÍCIO 32824/08
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO			9848
Descrição da Recomendação:			
REGULARIZAÇÃO DEPENDÊNCIA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			46459
Síntese da providência adotada:			
<p>Dos 22 (vinte e dois) processos de aposentadorias pendentes, 11 (onze) foram concluídos, 02 (dois) encaminhados ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 01 (um) à Presidência da Funasa para adoção de providências em razão de remoção da servidora, 01 (um) para o NERJ/MS em face da redistribuição do servidor e 07 (sete) em tramitação interna.</p> <p>Dos 12 (doze) processos de pensões pendentes, 09 (nove) foram concluídos e encaminhados à CGU e 03 (três) em tramitação interna.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento em parte das recomendações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Redução do Quadro de Servidores efetivos com conhecimentos específicos das rotinas, em face de aposentadorias e óbitos, além de afastamentos de um grande número de servidores por períodos prolongados para tratamento de saúde, considerando a não reposição de vagas e o envelhecimento da força de trabalho.			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTÊNCIA ESTADUAL FUNASA/RJ			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1 A 73	218015	3.2.1.4/3.2.2.4	OFÍCIO 32824/2008
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO			9848
Descrição da Recomendação:			
REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			46459
Justificativa para o seu não cumprimento:			
QUANTIDADE DE DEMANDAS X QUANTITATIVO DE SERVIDORES			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A força de trabalho do Serviço de Recursos Humanos da SUEST/RJ, encontra-se reduzida em face de afastamentos decorrentes do envelhecimento da mesma, por consequência atuando com servidores que não detêm conhecimentos específicos para cumprimento de diligências, considerando ainda a quantidade de demandas, inclusive judiciais, que sobrecarregam sobremaneira, aqueles que encontram-se em atividades na Área de Recursos Humanos.</p> <p>Diante do exposto, há que depreender que não existem fatores positivos a serem destacados, tendo em vista que a Unidade de Recursos Humanos atua com uma expressiva deficiência de pessoal, o que acarreta sobrecarga de trabalho, causando com isso, um forte nível de estresse e de perda de energia.</p> <p>Das 60 pendências de aposentadorias, 38 foram regularizadas, restando pendentes 22.</p> <p>Das 13 pendências de pensões, somente 1 foi regularizada, restam 12 pendentes.</p>			

16. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

“NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO”

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Inicialmente cumpre-se esclarecer que os objetivos macros das Superintendências não são estabelecidos em nível regional, pois essa definição é de competência da Presidência da instituição. De qualquer forma, derivam do Plano Plurianual de Governo.

Após essa consideração, esclarece-se que os objetivos definidos para a Superintendência, em seu Plano de Trabalho, conforme demonstrado no presente Relatório foram alcançados.

Os objetivos não alcançados, mais especificamente alguns da atividade de Saneamento Ambiental, como explicado anteriormente, decorreram da necessidade de convergência de esforços e de recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), por determinação governamental e orientação da Presidência da Funasa.

Na outra atividade finalística, a área de Saúde Ambiental, os resultados superaram em muito o que foi programado, demonstrado que esta área obteve enormes avanços, mesmo tendo pouco tempo de criação formal.

Como se verificou na parte relativa à Gestão Administrativa, muitos foram os avanços conseguidos, mesmo levando em conta as enormes deficiências verificadas quanto aos recursos disponíveis, com destaque, no caso de recursos humanos, para a elevada idade do quadro de pessoal.

É certo também destacar que os principais obstáculos existentes dizem respeito principalmente às limitações orçamentárias e financeiras, que impactam não só a atividade-fim como também a manutenção administrativa das unidades da SUEST.

De qualquer forma, a atuação da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011, pode ser considerada como eficiente, vez que procurou otimizar todos os recursos disponíveis para executar as diversas e complexas subações elencadas no seu plano de trabalho.

Para o ano de 2012, têm-se as melhores expectativas possíveis, tendo em vista principalmente a nova forma de condução da Entidade, presente de maneira enfática e significativa na utilização da ferramenta MS-Project, que já está facilitando sobremaneira a execução das ações e atividades programadas.

Também constituiu um marco positivo para os trabalhos que serão executados neste ano, a realização das diversas reuniões no Nível Central, visando discutir aspectos globais e técnicos da Funasa, da qual participaram todos os profissionais que são responsáveis, em suas respectivas áreas de atuação, pelo trabalho desenvolvido pela Fundação.

Dessa forma, acredita esta Superintendência que os problemas sejam minorados, e as soluções encontradas, no menor tempo possível, sem desgastes para o corpo técnico das unidades que conformam a Suest.

FUNASA



Ministério da
Saúde

